

Paradoxos do turismo em território compartilhado: o caso da Comunidade do Retiro no Parque Nacional da Serra do Cipó

Ana Beatriz Vianna Mendes, Profa. do Depto. de Antropologia e Arqueologia, UFMG

Coral Veloso de Oliveira, Estudante de Ciências Socioambientais, UFMG

Douglas Neves, Estudante de Antropologia, UFMG

Giovanna Henriques, Estudante de Ciências Socioambientais, UFMG

Wesley Leandro da Silva Ferreira, Estudante de Ciências Biológicas, UFMG

Resumo

Este trabalho busca refletir sobre as relações das famílias da comunidade do Retiro com o “Mercado”, o “Estado” e a “Ciência” através de suas múltiplas relações com o turismo. Vivendo no interior do Parque Nacional da Serra do Cipó, criado em 1984, a comunidade é composta atualmente por 10 famílias, cujos modos de vida, atrelados à produção camponesa, foram profundamente alterados com a criação da área protegida. A partir de pesquisa realizada há mais de uma década, baseada em perspectiva etnográfica e em pesquisa-ação, sabemos que houveram desapropriações violentas ao longo de vários anos, tendo muitas famílias alegado terem tido de deixar suas terras sem qualquer indenização. Buscamos compreender como as várias gerações de pessoas que têm aquele território como parte de si foram tecendo suas trajetórias de vida junto às serras e águas, em diálogo com o parque e com os turistas. Em 2018, houve um acordo entre ICMBio e a comunidade que possibilitou o retorno de muitas famílias ao lugar. Esse acordo garantiu o direito de realizar atividades de agricultura familiar, pecuária de subsistência, extrativismo, artesanato em barro, entre outras, além da própria moradia no interior do Parque. Diante disso, refletimos sobre os paradoxos envolvidos com o turismo na vida dessas famílias do Retiro. Como se dão as disputas no território sobre os sentidos dados ao lugar, entre turistas, comunitários e gestores? Como as atividades turísticas e de lazer, que vêm crescendo nos últimos anos, impactam o cotidiano do Retiro? Conclui-se que apesar dos impactos da atividade turística sobre a vida das famílias e sobre o meio ambiente, uma gestão mais próxima e efetiva, que garanta o reconhecimento do valor cultural das práticas da comunidade e sua qualidade de vida, deve beneficiar humanos e não humanos interessados em manter e construir relações com o lugar.

Palavras chave: Turismo; Comunidade tradicional; Parque Nacional da Serra do Cipó.

As famílias do Retiro e o Parque Nacional da Serra do Cipó

“O fim do direito é a paz, o meio que se serve para consegui-lo é a luta. Enquanto o direito estiver sujeito às ameaças da injustiça – e isso perdurará enquanto o mundo for mundo -, ele não poderá prescindir da luta. A vida do direito é a luta: luta dos povos, dos governos, das classes sociais, dos indivíduos” (Rudolf von Ihering, 2001)

“Vivemos em um mundo entre outros. Mas todos fazem parte de um mundo englobante – onde está um curso um vasto procedimento ‘hermenêutico’, um diálogo conflituoso entre sociedades e culturas, de onde emergem vastas áreas de consenso parcial. Não há porque fingir o contrário” (Almeida, 2003, p. 23).

Este trabalho visa explorar os paradoxos envolvendo conservação ambiental, incentivo ao turismo e a valorização dos modos de vida das famílias tradicionais, a partir do estudo de caso do Parque Nacional da Serra do Cipó e da Comunidade do Retiro, situada no Vale da Bocaina, em Minas Gerais. Nossa relação com a Comunidade do Retiro tem se construído desde 2014, através de projetos de pesquisa e extensão genericamente nomeados aqui como Projeto Cipó¹, coordenados pela Prof. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes, antropóloga e professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Ao longo desses anos, vários alunos colaboraram com ações, diálogos e reflexões com as famílias da região e com os agentes do ICMBio, em uma experiência que tem envolvido pesquisa-ação (Brandão, 1999) e observação participante (Magnani, 2009). Adotamos técnicas metodológicas tais como: oficinas, entrevistas semi-estruturadas, mobilização e mediação de reuniões entre moradores e gestores do ICMBio, travessias e caminhadas nos quintais com as famílias, entre outros, boa parte deles registrados em áudio ou vídeo, devidamente autorizados.

A escolha por analisar os impactos do turismo sobre o cotidiano dos moradores está ancorada em uma situação complexa, que resumidamente podemos colocar desse modo: em um território que é simultaneamente alvo da conservação ambiental, famílias que viviam ali há mais de 100 anos vivenciaram uma situação de trauma. Atualmente elas demandam medidas da gestão do ICMBio para garantir uma visitação turística adequada, sustentável e que inclua e valorize as dimensões socioculturais da comunidade. A maior parte dessas famílias está envolvida direta ou indiretamente com serviços oferecidos aos turistas. De outro lado, do ponto de vista da gestão do parque, percebe-se divergências persistentes quanto às diretrizes e prioridades institucionais ao longo do tempo. Essas divergências dialogam com as legislações produzidas e atualizadas ao longo do tempo, e as ações no cotidiano não refletem simplesmente um espelhamento do dever-ser normativo. Além disso, se inscrevem em um contexto crônico de escassez de recursos (humanos e orçamentários) e têm incidido junto às famílias do lugar de modo incerto, contraditório, frequentemente pouco resolutivo e às vezes de modo violento.

¹ O Projeto Cipó, vinculado ao GESTA/UFMG, reúne dois projetos: O Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) e populações locais: desvelando conflitos e histórias marginalizadas (2015–2017), financiado pela FAPEMIG (APQ 01945-14) e apoiado pela PRPq e PROEX/UFMG; e Construindo histórias locais, pensando questões globais: as comunidades tradicionais atingidas pelo Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) (2017-Atualmente), com apoio da PRPq, PROEX, APUBH, FAFICH e do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG.

A análise aqui apresentada conta com o acesso ao banco de dados do Projeto Cipó, que contém entrevistas feitas com famílias do Retiro e com gestores que atuaram ao longo dos 12 anos do projeto, dados do Diagnóstico Socioparticipativo (DSP) elaborado pelo em 2024 com as famílias do Retiro, e, de modo mais específico, duas imersões em 2026 para compreender os impactos do turismo na comunidade: a primeira durante e após o período do Carnaval; a segunda, durante o feriado da Semana Santa.

Fizemos pesquisa bibliográfica sobre a história da região e analisamos documentos produzidos pelo Estado (como o Plano de Manejo, decretos e leis) e sua incidência no território e nas ações das pessoas. Tendo em vista as contradições entre as normas e a realidade social, adotamos a análise situacional, conceituada por Van Velsen (1967). O autor parte do reconhecimento de que "em todas as sociedades existem incongruências e contradições entre os vários conjuntos de normas nos diferentes campos de ação", e de que o problema central que os membros de qualquer sociedade enfrentam é o de "viver com estas incongruências através da manipulação de normas, de forma que as pessoas possam continuar a viver juntas numa ordem social" (Van Velsen, 1967, p. 442).

É exatamente esse problema que se apresenta no cotidiano da Comunidade do Retiro: famílias que aprenderam, ao longo de gerações, a habitar as brechas entre o que previa o Estado e sua existência. As transformações inscritas na paisagem, nas leis, nas memórias e nas práticas cotidianas das famílias e dos agentes públicos, se revelam através de processos de resistência não necessariamente colocados de modo explícito como tais, tanto por parte de gestores (Lipsky, 2019) quanto por parte das famílias do Retiro (Scott, 2002).

A ideia de margens do Estado (Das e Poole, 2008) nos permite entender a relação entre a violência e as funções ordenadoras do estado, etnografando sua “descida ao ordinário” (Das, 2021), e como ela incide sobre a constituição dos sujeitos, suas vozes e como se manifestam a partir do “trabalho do tempo”. Ou seja, trata-se de uma etnografia do Estado revelada através de práticas, lugares e linguagens que “constituem” “o estado” naquele território, em diálogo com as famílias do lugar:

“as margens (...) são simultaneamente lugares onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e descontrolada e onde o estado está constantemente redefinindo seus modos de governar e legislar. (...) São também (e talvez seja esse o seu aspecto mais importante) lugares de prática nos quais a lei e outras práticas estatais são colonizadas mediante outras formas de regulação que emanam das necessidades prementes das populações, com a finalidade de assegurar a sobrevivência política e econômica” (livre tradução de Das e Poole, 2008, p. 24).

A articulação entre essa perspectiva analítica e as demais abordagens teórico-metodológicas mobilizadas - a pesquisa-ação (Brandão, 1999), a observação participante (Magnani, 2009), a análise do poder simbólico (Bourdieu, 2008) e da ecologia política (Corbari et al., 2021) - orienta a leitura que fazemos, ao longo deste trabalho, dos paradoxos entre conservação, turismo e modos de vida tradicionais.

1. O que os documentos revelam e escondem

O Parque Nacional da Serra do Cipó teve origem como Parque Estadual criado em 1975, abrangendo uma área de 27.600 hectares entre os municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro (ICMBio, 2009). Em 1982, um levantamento fundiário realizado pela CETEC identificou 53 imóveis na área para subsidiar o processo de desapropriação e indenização das benfeitorias. Com os estudos conduzidos pelo IBDF para a federalização da unidade, iniciou-se um longo processo de desapropriações cujos efeitos permanecem presentes na memória das famílias do Retiro.

Embora gestores do ICMBio frequentemente afirmem que a aquisição das terras ocorreu de forma "amigável", narrativa produzida pelo próprio Plano de Manejo, essa versão contrasta com as experiências relatadas pelos moradores. Como observa Van Velsen (2010), diferentes conjuntos normativos podem coexistir e produzir interpretações distintas sobre um mesmo processo. De um lado, encontra-se o discurso institucional da negociação pacífica; de outro, a memória das famílias que vivenciaram desapropriações, restrições territoriais e diferentes formas de violência simbólica.

O Plano de Manejo, publicado apenas em 2009, evidencia essa assimetria. Enquanto dedica amplo espaço à caracterização geológica, hidrológica, biológica e arqueológica da unidade, reserva pouca atenção às famílias que historicamente habitavam o território. Essa seleção do que merece ser registrado revela, nos termos de Bourdieu (2008), o poder estatal de produzir e definir aquilo que se torna visível como objeto de gestão. Nessa perspectiva, a reduzida presença dos moradores no documento pode ser compreendida como expressão daquilo que Das e Poole (2008, p. 25) nomeiam como “os diferentes espaços, formas e práticas através das quais o estado está constantemente sendo experimentado e desconstruído mediante a ilegibilidade de suas próprias práticas, documentos e palavras”.

Embora ocupassem a região há pelo menos um século, desenvolvendo agricultura, extrativismo, pecuária e formas próprias de manejo ambiental, seus modos de vida permaneceram praticamente ausentes da narrativa oficial sobre a unidade de conservação.

Essa lógica também se expressou no zoneamento do Plano de Manejo, que classificou o Retiro como Zona de Ocupação Temporária (ZOT). A permanência foi prevista apenas para famílias que ainda ocupavam suas residências e se enquadravam nos seguintes critérios estabelecidos pelo documento: as que tiveram laudo médico de inaptidão psicológica para sair de seus territórios, e aquelas que não tiveram o processo de regularização fundiária devidamente concluído. Correspondendo a apenas 0,0013% da área do parque, a ZOT teve como finalidade disciplinar as práticas de subsistência até a completa regularização fundiária (ICMBio, 2009). Na prática, a proibição de novas roças e da exploração comercial restringiu a reprodução material e cultural dessas famílias, limitando sua soberania alimentar, a transmissão intergeracional de conhecimentos e a continuidade de seus modos de vida. Ao mesmo tempo, ampliava-se a visitação pública no interior da unidade.

Esse cenário começou a se modificar com a assinatura do Termo de Compromisso, em 2018, firmado entre o ICMBio e doze famílias do Retiro, reconhecendo seu direito à permanência com base na tradicionalidade (Apoloni; Araújo, 2019; Mendes, 2018 e 2022). A mudança foi aprofundada pelo Parecer nº 175/2021 emitido pela Procuradoria Especializada do ICMBio (Brasil, 2021), com efeitos vinculantes e que passou a orientar a compatibilização definitiva entre comunidades tradicionais e unidades de conservação de proteção integral. O Termo de Compromisso deixou, assim, de ser uma solução provisória e passou a constituir um instrumento de co-gestão do território. Ao longo desse processo, foi possível observar como diferentes dispositivos estatais, entre eles o decreto de criação do parque, o Plano de Manejo, as instruções normativas e o Parecer nº 175, produziram efeitos concretos sobre o cotidiano das famílias e sobre as formas de gestão do território.

A partir de agora, faremos uma descrição crítica de alguns momentos, documentos e ações que nos permitem uma aproximação de diferentes perspectivas que incidem através do tempo no território estudado. Faremos isso através do estudo de cinco contextos sócio-espaciais específicos, nucleados em torno das seguintes situações de ação: as obras; a portaria; as águas; os animais e novas obras. Através da passagem do tempo, cada um desses eixos revela paradoxos envolvidos com as premissas sobrepostas de conservação ambiental, de garantia a modos de vida tradicionais e de incentivo ao turismo.

2. Fragmentos de análise situacional: o Retiro no Plano de Manejo e como território vivido

Há indícios de ocupação humana na Serra do Cipó há pelo menos 9 mil anos atrás, com uma grande concentração de antigas áreas de sepultamentos encontrados no Grande Abrigo de Santana do Riacho, além de pinturas rupestres em lapas e cavernas, relacionadas à Tradição Estilística Planalto, datadas de 7 mil anos. (ICMBio, 2009; Mendes, 2018). O patrimônio arqueológico é extensamente trabalhado nos Plano de Manejo do Parna Cipó (2009), e no da APA (2014), visando sua preservação, visitação e educação ambiental.

Para além dos elementos pré-históricos, um dos marcos legais mais antigos da ocupação humana na Serra da Vacaria, região hoje conhecida como Serra do Cipó, remonta ao período colonial, durante a concessão de sesmarias, isto é, cotas de terra doadas pela coroa portuguesa no intuito de fomentar a ocupação do território do Brasil colonial. Em 1746, José Ferreira recebeu a outorga de uma grande extensão de terras, que abarcava a área que estamos tratando. A região ficou conhecida por diversos nomes, entre eles Roça Santa Ana nas Jaboticatubas e, posteriormente, Fazenda Santa Cruz do Cipó (Gontijo, 2010; Cardoso, 2008 *apud* Mendes, 2018; Felippo, 2013). Mas, conforme depoimento colhido por Moura em 2018 (p. 113):

“Hoje nós temos aí, cerca de 127 pousadas. A chegada do Parque valorizou muito nosso produto: Serra do Cipó, porque o nome não era Serra do Cipó, era Cardeal Mota, então quase não era conhecido, com a chegada do Parque Nacional Serra do Cipó, nós colocamos o nome de Serra do Cipó, que é um nome conhecido mundialmente, porque o nome do município aqui é Santana do Riacho, e não é conhecido, Serra do Cipó sim, se você chega aí em qualquer lugar do comércio e outros estados aí, e falar em Santana do Riacho é poucos conhecido. Agora, Serra do Cipó é conhecido mundialmente. (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017).”

De acordo com Filippo (2013), no século XVIII, era comum o plantio da mamona (*Ricinus communis*) para extração do óleo e sua comercialização, utilizado como combustível para lamparinas e candeias. Já em meados do século XIX, a palmeira Macaúba (*Acrocomia aculeata*) presente em abundância na Serra do Cipó, passou a ser utilizada pelos moradores para a extração de óleo. Há registros sobre sua comercialização pelas famílias da região para uma fábrica de sabão inicialmente localizada em Santa Luzia em 1940, e a posterior produção do sabão destinado à venda dentro das dependências da Fazenda Cipó, em 1954. O relatório do CETEC (1984) reforça que toda a região da Serra do Cipó possuía moradores espalhados pelas montanhas e vales na década de 1980. No mesmo período também eram praticadas outras atividades de subsistência, como o plantio de “arroz, feijão, milho, algodão” e a

criação de gado, utilizados tanto como meios de subsistência, como para a realização de trocas comerciais, em especial com as regiões mais conhecidas pela extração de ouro e diamante, como Diamantina, Ouro Preto e Serro (Mendes, 2018).

Além da consolidação do nome, com a instalação do PNSCi em 1984, as dinâmicas de vida - de humanos, não-humanos e mais que humanos - foram muito impactadas na região. Seja porque muitas famílias estavam efetivamente sendo desapropriadas e expulsas de suas terras (o que ocorreu desde a década de 80 até o início dos anos 2000), e mesmo após a celebração do Termo de Compromisso (2018) com as famílias do Retiro podendo retornar aos seus lugares.

2.1 Obras

Desde o início dos anos 2000, a Serra do Cipó passou a ser incorporada de maneira mais intensa às políticas estaduais de incentivo ao turismo. Programas como os Circuitos Turísticos, a revitalização da Estrada Real e o Pró-Acesso promoveram investimentos em infraestrutura e ampliaram a acessibilidade da região (ICMBio, 2009; DER/MG, 2012). Em 2012, o asfaltamento da MG-010 consolidou esse processo ao facilitar o acesso ao Parque Nacional da Serra do Cipó. O próprio Plano de Manejo já antecipava essa dinâmica ao afirmar, em 2009, ser "urgente que o Parque se prepare para este previsível aumento da intensidade de visitação" (ICMBio, 2009, Encarte 1, p. 29), sobretudo por meio de investimentos em infraestrutura, orientação aos visitantes e educação ambiental.

As expectativas em torno dessas transformações aparecem de forma explícita no discurso institucional. Em reportagem publicada pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, o então prefeito de Santana do Riacho afirmava que a pavimentação da rodovia representava "a concretização de um sonho" e abria um "futuro promissor", tendo o turismo ecológico como principal estratégia de desenvolvimento do município (DER/MG, 2012). Essa narrativa evidencia uma concepção de desenvolvimento baseada na expansão da visitação e na valorização econômica da paisagem.

Essa perspectiva dialoga com a análise de Gontijo (2003), para quem a criação e a melhoria dos acessos aos atrativos do Parque constituíram importantes vetores da expansão turística regional. Mais do que facilitar deslocamentos, tais intervenções inseriram a Serra do Cipó em circuitos de valorização econômica e consumo turístico, convertendo espaços

historicamente associados à reprodução da vida local em áreas cada vez mais disputadas por visitantes, investidores e gestores públicos.

É nesse contexto que se insere uma situação frequentemente retomada pelas famílias do Retiro ao narrar as transformações recentes do território: as obras de compensação ambiental decorrentes do asfaltamento da MG-010. Embora institucionalmente justificadas como medidas destinadas à mitigação dos impactos da rodovia e à estruturação da visitação, elas passaram a representar, para os moradores, mais um episódio de intervenção realizado sem diálogo ou participação da comunidade. A situação reúne diferentes atores em torno de uma mesma intervenção territorial e permite observar como normas, interesses e projetos distintos passam a disputar os sentidos atribuídos ao território.

Como parte das medidas de compensação, foram iniciadas obras de construção da Portaria do Retiro com sanitários destinados aos visitantes, e o calçamento da rua do Engenho e de aproximadamente seis quilômetros de vias internas ao Parque. Previstas desde o Plano de Manejo de 2009, as obras foram executadas em 2014 nas áreas classificadas como Zona Histórico-Cultural e Zona de Ocupação Temporária, justamente onde haviam algumas famílias que mantinham vínculos territoriais de cultivo e/ou de moradia. Entretanto, segundo os moradores, nenhum aviso prévio foi realizado e não houve participação da comunidade na definição do traçado ou da forma de execução das intervenções.

A análise dessa situação evidencia a coexistência de diferentes racionalidades sobre uma mesma obra. Para o DER e para o Governo de Minas Gerais, a pavimentação representava uma estratégia de desenvolvimento regional baseada no turismo. Para a gestão do Parque, as obras respondiam à necessidade de preparar a unidade para o crescimento da visitação, prevista no Plano de Manejo. Para as famílias do Retiro, contudo, a intervenção era vivenciada a partir de seus efeitos concretos sobre o território, atualizando memórias de desapropriações, restrições de uso e exclusão dos processos decisórios. Não se trata, portanto, de interpretações divergentes sobre um mesmo fato, mas de posições distintas ocupadas pelos diferentes atores envolvidos na situação.

Essa diferença torna-se evidente quando se observam os impactos produzidos pelas obras. Durante o período chuvoso, o carreamento de terra alterou as condições de circulação na comunidade. A derrubada de dezenas de palmeiras de macaúba provocou forte comoção entre os moradores, uma vez que essas árvores integravam práticas produtivas, saberes

tradicionais e vínculos afetivos construídos ao longo de gerações. A transformação da paisagem, portanto, não foi percebida apenas como consequência de uma obra de infraestrutura, mas como alteração de um território vivido.

Ao analisar esse processo, Fernandes (2025, p. 30) observa que "não foram estabelecidas condicionantes que levassem em conta e firmassem um compromisso de mitigação de impacto aos moradores que estavam ali presentes", revelando um padrão recorrente de silenciamento institucional. Se a leitura das margens provê de uma posição particularmente privilegiada desde onde observar a colonização da lei pelas disciplinas (Das e Poole, 2008), neste caso, essa obra nos revelou como o trauma vivido pela comunidade com criação do parque segue sendo atualizado pela ação do Estado. A autora compreende o trauma (Das, 2020) não como um evento circunscrito ao passado, mas como uma violência que continua sendo inscrita na vida cotidiana. Nesse sentido, as obras de compensação ambiental reatualizam a experiência da criação do Parque, reescrevendo no presente a incerteza, a exclusão dos processos decisórios e a sensação de vulnerabilidade que marcam a permanência das famílias no Retiro.

Ao longo da pesquisa, contudo, tornou-se evidente que o conflito não se estabelece entre a comunidade e o turismo. Diversas famílias relataram experiências relacionadas à venda de alimentos, ao atendimento de visitantes e a outras atividades associadas à visitação, reconhecendo no turismo uma possibilidade de diversificação da renda e de permanência no território. As tensões emergem, sobretudo, através das formas pelas quais as decisões sobre infraestrutura, conservação e ordenamento territorial são tomadas, sem incorporar os moradores como participantes efetivos desses processos.

Sob essa perspectiva, a situação analisada revela que turismo, conservação ambiental e infraestrutura não constituem processos independentes. Eles se articulam na produção de um mesmo território, mobilizando agentes com capacidades desiguais de definir seus usos, significados e prioridades. Enquanto os investimentos públicos reforçam a valorização turística da paisagem, seus custos sociais tendem a recair de forma mais intensa sobre as famílias historicamente vinculadas ao lugar. Como argumentam Mendes e Oliveira (2022), a articulação entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico produz efeitos contraditórios, distribuindo de maneira desigual os benefícios e os ônus dessas políticas. Mais do que um episódio isolado, as obras de compensação ambiental tornam-se, assim, uma

situação privilegiada para compreender as disputas em torno da permanência territorial, da conservação e dos modelos de desenvolvimento que incidem sobre a Serra do Cipó.

2.2. A portaria (encontro entre mundos)

A Portaria do Retiro constitui o principal ponto de contato entre visitantes, comunidade local e gestão do Parque Nacional da Serra do Cipó. Mais do que um equipamento destinado ao controle de acesso, ela concentra diferentes expectativas sobre o território e torna visíveis as tensões entre conservação ambiental, uso turístico e permanência das famílias que historicamente habitam o Retiro. É nesse espaço que decisões administrativas aparentemente rotineiras revelam prioridades institucionais, limites operacionais e formas específicas de ordenar a circulação de pessoas pelo Parque.

As obras da nova portaria, iniciadas em 2014 e responsáveis por impactos significativos sobre a comunidade, permanecem inacabadas mais de uma década depois. Na prática, o atendimento aos visitantes continua sendo realizado em uma estrutura provisória de bambu, situação que evidencia não apenas a precariedade da infraestrutura física, mas também a dificuldade de consolidar uma estrutura de gestão compatível com a intensificação do turismo na unidade de conservação.

Durante observações realizadas no feriado de Carnaval de 2026, verificou-se uma situação de evidente sobrecarga operacional. Apenas cinco agentes – três voluntários e dois Agentes Temporários Ambientais – eram responsáveis pelo atendimento de um fluxo que já alcançava cerca de 300 visitantes nas primeiras horas da manhã. A expectativa para aquele dia era de aproximadamente 1.100 ingressantes, distribuídos entre as Portarias do Retiro (500), Areias (500) e Alto Palácio (100). O fato deste atendimento ser realizado por voluntários e por agentes temporários, ainda que tenham recebido formação prévia, pode indicar uma rotatividade que leva a um atendimento pouco situado e contextualizado sobre as histórias do lugar. Pode evidenciar também um descompasso entre o crescimento da visitação e a capacidade institucional de monitorar e manejar seus efeitos.

Conforme observamos, ao chegarem à portaria, os visitantes recebem informações sobre as trilhas, cachoeiras e atrativos do Parque, além de orientações sobre condutas proibidas, como portar caixas de som, realizar churrascos, entrar com animais domésticos, descartar resíduos ou coletar elementos naturais. O controle de entrada é realizado por meio de procedimentos essencialmente manuais: um marcador digital simples registra o número de

visitantes, enquanto fichas em papel armazenam nomes e, quando se trata de veículos, a identificação do motorista e o número de ocupantes. Embora esse procedimento permita contabilizar o ingresso de pessoas, ele produz informações limitadas para compreender efetivamente os padrões de circulação, permanência e uso do território.

Mosaico de Imagens 1: Fotos tiradas a partir da Portaria do Retiro, no Domingo de Carnaval. A paisagem passa a ser povoada por uma enorme fila de carros estacionados antes da portaria, por uma quantidade enorme de turistas, que passam a compartilhar o território com os habitantes do lugar, entre as famílias do Retiro e seus animais, que seguem existindo ali.



Fonte: Acervo do Projeto Cipó. Fevereiro de 2026.

Conquanto exista controle de entrada, o acompanhamento da circulação dos visitantes permanece incompleto. O próprio Plano de Manejo do Parque, desde 2009, já identificava importantes limitações nesse sistema de monitoramento, registrando a ausência de informações como horário de entrada, forma de deslocamento e identificação dos responsáveis pelo aluguel de cavalos, além de destacar a necessidade de implantar um sistema que registrasse a saída de todos os visitantes: “Não se anota a hora de entrada nem a forma de deslocamento – se a pé, a cavalo ou de bicicleta. [...] É urgente o estabelecimento de um sistema que registre a saída de todos, motorizados ou não.” (Plano de Manejo, Encarte 3, 2009, p. 353).

A permanência dessas fragilidades quase duas décadas depois indica que elas não se restringem a dificuldades operacionais, mas refletem limitações mais profundas na estrutura de gestão do uso público. Enquanto a entrada é minimamente organizada, a permanência, os deslocamentos internos e a saída dos visitantes continuam sendo acompanhados de forma parcial, reduzindo a capacidade de avaliar impactos ambientais e de responder a situações de emergência.

As regras que orientam o funcionamento da portaria também sofreram alterações ao longo dos anos, acompanhando mudanças na chefia da unidade. Em determinados períodos sequer havia limite diário de visitantes. Conforme descrito por Moura (2018, p. 110) em depoimento colhido em 2017, “Aqui hoje em um feriado de quinta, sexta, sábado e domingo, nós recebemos uma faixa de 10 mil turistas.” (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017). E em 2023, quando do DSA foi feito pela equipe no Retiro, a falta de limite de entrada na portaria do Retiro era uma das maiores demandas ao ICMBio (Mendes, Diniz, 2026).

Outra mudança recente refere-se ao estacionamento de veículos no interior do Parque. Em janeiro de 2025, após uma troca de gestão, visitantes passaram a ser informados de que não seria mais permitido estacionar automóveis no interior da unidade, inclusive em grupos compostos por idosos ou crianças. Essas sucessivas mudanças revelam que aspectos centrais da gestão do uso público têm sido definidos por decisões administrativas circunstanciais, mais do que por critérios transparentes e estáveis amplamente conhecidos pelos diferentes atores envolvidos.

A entrada no Parque é atualmente gratuita, diferentemente de diversos atrativos privados da região, cujo acesso ocorre mediante cobrança individual. Apesar da intensa visitação registrada ao longo do ano, não existe um estudo público sobre a Capacidade de Carga Turística (CCT) do Parque Nacional da Serra do Cipó, instrumento utilizado para estimar o número máximo de visitantes compatível com as condições físicas, biológicas, sociais e de manejo de uma área protegida (Silva, 2016).

Mais uma vez, reflete-se na informação passada ao público na portaria, o encobrimento das histórias das famílias da região e sua riqueza biocultural. Nas paredes da portaria encontram-se anúncios de diferentes modalidades de turismo — turismo equestre, escalada, rapel, canoagem, guias turísticos, entre outras atividades —, mas não há qualquer

referência à comunidade do Retiro, à sua história, aos serviços oferecidos pelas famílias ou ao papel que desempenham na constituição da paisagem biocultural do Parque. A ausência não é apenas informativa; ela produz um apagamento simbólico da presença dessas famílias justamente no principal espaço de recepção dos visitantes (Bourdieu, 2008).

Também não há orientações relativas à responsabilidade compartilhada sobre os impactos produzidos pelo turismo no território, especialmente aqueles relacionados à produção de resíduos e à conservação das águas utilizadas pelas famílias para consumo e atividades domésticas. Como observa Fernandes (2025),

"A falta de lixeiras e banheiros no parque, por exemplo, é fortemente apontada pelos moradores, pensando no forte fluxo de turistas como um intensificador do problema, causado pelo descuido por parte do ICMBio que gera, paradoxalmente ao seu papel institucional, poluição nas águas e ao longo do parque" (FERNANDES, 2025, p. 41).

Essa configuração revela uma contradição importante. Enquanto a estrutura da portaria organiza a entrada de visitantes e estimula diferentes modalidades de uso turístico, os custos dessa circulação tendem a permanecer territorializados no cotidiano das famílias do Retiro, que convivem com a intensificação da pressão sobre a água, a produção de resíduos e a transformação de sua paisagem, sem que esses efeitos sejam incorporados às informações oferecidas aos próprios turistas.

Durante conversa realizada no Carnaval de 2026, um agente de turismo da Serra do Cipó relatou que a Secretaria Municipal de Turismo pretendia ampliar o limite de visitantes do Parque em resposta às pressões exercidas por pousadas, hotéis e outros empreendimentos do setor. O episódio evidencia que a definição dos fluxos turísticos não decorre apenas de preocupações ambientais, mas também das disputas entre diferentes interesses econômicos e institucionais que atravessam o território. Como observa Gontijo (2003), a expansão do turismo na Serra do Cipó costuma ser apresentada como sinônimo de desenvolvimento, embora seus benefícios e seus impactos sejam distribuídos de maneira profundamente desigual entre os diferentes grupos sociais que compartilham esse espaço.

No Retiro, essas transformações tornam-se particularmente perceptíveis porque o aumento da circulação de visitantes ocorre sobre uma paisagem habitada, continuamente produzida pelas relações entre as famílias e o ambiente ao longo de gerações. Assim, a portaria deixa de representar apenas o acesso ao Parque e passa a funcionar como um ponto de condensação dos conflitos que atravessam o território: entre conservação e uso público,

entre desenvolvimento turístico e permanência das formas tradicionais de vida, entre a valorização da natureza como destino turístico e a invisibilização daqueles que historicamente contribuíram para produzi-la. Um dos efeitos mais sentidos dessa dinâmica incide sobre as águas, tema ao qual retornaremos na próxima seção.

2.3. As águas

Há muitos anos, as famílias do Retiro alertam para os impactos da visitação turística sobre os cursos d'água utilizados para consumo e atividades domésticas. A preocupação mais recorrente refere-se à contaminação da água por dejetos humanos e resíduos deixados por visitantes:

A má qualidade da água leva as famílias a terem que comprar água ou a coletá-la em horários específicos durante os finais de semana. Nas entrevistas, Estael, Magali e Joãozinho relataram já terem encontrado “fezes, fraldas e aspecto de protetor solar” nas águas que são utilizadas pelos moradores no dia a dia. Eles mencionam que a poluição da água se deve à presença de turistas e à falta de banheiros no parque. (MENDES; DINIZ, 2026, p. 51).

A situação evidencia uma das contradições centrais da gestão socioambiental no Retiro. Enquanto a água constitui um dos principais atrativos que sustentam a atividade turística na região, os custos associados à sua degradação recaem de forma mais intensa sobre as famílias que dependem cotidianamente desses cursos d'água. Assim, aquilo que para os visitantes aparece como recurso de lazer e contemplação permanece sendo, para os moradores, condição fundamental de reprodução da vida.

A partir da Portaria do Retiro, os visitantes acessam as cachoeiras do Gavião, da Andorinha e do Tombador, além das pequenas praias do rio Bocaina, como o Bambuzal, localizado próximo às casas de Marlene e Magali. As cachoeiras encontram-se, em média, a 3,5 quilômetros da portaria e, ao longo de todo o percurso, não há sanitários disponíveis para uso dos visitantes. Durante o trabalho de campo, tampouco foram observadas orientações sistemáticas sobre o descarte adequado de resíduos ou sobre procedimentos relacionados às necessidades fisiológicas em área protegida.

Vale dizer que os sanitários são construções relativamente recentes também nas casas das famílias. Com exceção de uma residência que já possuía banheiro há muitos anos, todas as demais construíram seus sanitários após a celebração do Termo de Compromisso, em 2018, e ao menos três casas ainda carecem dessa estrutura. Mais do que uma mudança arquitetônica, a presença dos banheiros expressa transformações nas relações entre as

famílias, o território e o “processo civilizador”. Além disso, a possibilidade de investir em melhorias permanentes nas moradias está diretamente relacionada à segurança quanto à permanência no local e às condições materiais para realizar tais investimentos. Nesse sentido, a infraestrutura doméstica torna-se também um indicador das formas pelas quais as famílias mantêm seus modos de vida dentro da unidade de conservação, podendo indicar uma resistência conforme descrito por Scott (2002), que não é orquestrada de forma pública e manifesta, mas que representa mais uma forma de luta cotidiana, fragmentada e difusa de resistência.

A construção dos banheiros seguiu trajetórias distintas. Em alguns casos, eles foram incorporados durante a reconstrução de casas que haviam se tornado ruínas, especialmente por famílias que retornaram ao Retiro após a celebração do Termo de Compromisso. Em outros, foram acrescentados a residências que permaneceram habitadas ao longo dos anos. Em todas essas situações, as solicitações encaminhadas ao ICMBio foram aprovadas.

Contudo, a formalização do Termo de Compromisso não produziu efeitos homogêneos entre os moradores. Algumas famílias reconstruíram suas casas sem incluir sanitários; outras ainda não realizaram investimentos mais significativos. As razões são diversas e revelam a heterogeneidade das experiências locais: há famílias que permanecem desconfiadas quanto à estabilidade dos acordos firmados com o Estado, enquanto outras ainda enfrentam limitações econômicas ou dificuldades decorrentes da dispersão familiar e das regras estabelecidas para reconstrução conjunta das moradias.

Entre essas regras destaca-se a chamada “regra do alicerce”, que condiciona a reconstrução das casas à existência e ao tamanho dos antigos alicerces. Embora concebida como mecanismo de controle da ocupação territorial, sua aplicação nem sempre corresponde às dinâmicas familiares contemporâneas. Em diversos casos, famílias que cresceram ou se dispersaram ao longo das décadas encontram dificuldades para adequar suas necessidades atuais aos limites estabelecidos pela norma.

A questão da água permite observar essas múltiplas tensões. De um lado, os moradores seguem sendo disciplinados a adotar práticas ambientalmente adequadas. De outro, convivem com impactos associados à visitação turística e com limitações estruturais cuja solução depende de decisões institucionais mais amplas.

2.4 Os animais

A criação de animais no interior da área que compreende o parque atualmente, é uma tradição antiga na região, trazida pelos bandeirantes e tropeiros que passavam pela serra entre os séculos XVIII e XIX e que era mantida por muitas famílias do Retiro, que utilizavam animais de montaria para transitar entre as serras, como meio de locomoção ou para fins comerciais. Antes da criação do Parque havia um sistema de manejo da pastagem através do uso do fogo que garantia aos animais acesso a alimento de qualidade nas serras em parte do ano. Essa prática, com a chegada dos órgãos federais no território, criou um embate entre o modo de vida tradicional e as necessidades institucionais das Unidades de Conservação:

(...) em 1984, até muito recentemente, a criação de gado bovino, sobretudo, causou sérios problemas à unidade, principalmente pelo uso do fogo. Não se sabe até que ponto, por exemplo, as queimadas sucessivas alteraram os solos sob cerrado a ponto de inviabilizar, a curto prazo, o desenvolvimento de vegetação de grande porte. (ICMBio, 2009; Encarte 2, 42)

Com o turismo crescente na região e a proibição do uso do fogo para manejo dos pastos, essas famílias começaram a alugar os animais para passeio dos turistas pela serra. Antes da chegada do parque, a abundância de terras e pastos tornava viável a criação desses animais à solta. Mas após inúmeras limitações impostas, os custos para se manter os animais em um terreno reduzido foi tornando essa prática cada vez mais inviável. Se a fonte de renda antes era interligada ao cultivo da terra e à criação de animais, hoje ela foi também ressignificada.

Das dez famílias que possuem residência na comunidade, quatro delas transformaram seu modo de vida para se encaixar no novo *modus operandi* do turismo na Serra do Cipó, entre barracas de venda de bebidas, restaurantes que atendem os visitantes do Parque e com o turismo de experiência. Para Van Velsen (2010, p.355) a imposição de “normas e regras gerais de conduta são traduzidas na prática”, pois são “manipuladas por indivíduos em situações específicas para servirem a fins específicos”. Neste caso, a ressignificação das práticas operada por famílias do Retiro poderia ser vista através da antropofagia de Oswald de Andrade (1928), pois apesar das relações com os animais terem sido transformadas pelo advento do turismo e do Estado em seus territórios, foram mantidas a interseção mundos e os interesses:

A finalidade predominante da criação de animais é consumo próprio, venda eventual ou troca, atividades relacionadas ao turismo e rotina no campo (passeios a cavalo, produção de queijo). Essa multiplicidade reforça o caráter econômico-cultural da criação, articulando modos de vida e estratégias de sobrevivência. (Mendes, Diniz, p.97, 2026)

Entretanto, existem as “incongruências e contradições” (Velsen, 2010) que permeiam as habitabilidades no PARNA Cipó e no Retiro (Tsing, 2019). O Termo de Compromisso de 2018 permite a criação de 20 animais por família, cuja circulação deve estar restrita a determinadas áreas que não incidam sobre os trajetos dos turistas, medida que tem como objetivo evitar acidentes.

Ildeu e Fatinha, moradores do Retiro, possuem muitos animais de criação, entre eles, os gansos, especialmente o Tauler, ganso que Fatinha cria como se fosse um filho, entrando e saindo pela casa do casal. Os gansos, no entanto, têm fama de atacarem pessoas que atravessam seus caminhos e, Tauler, junto de seus companheiros territorialistas, assustam os turistas que passam pela casa de Ildeu e Fatinha. Recentemente, turistas relataram à gestão do parque que foram atacados pelos gansos no caminho das cachoeiras e, com isso, os animais agora devem ficar presos no quintal aos fins de semana - o material para construção do cercado foi doado pelo ICMBio.

Mas, como estamos falando de animais com instinto de liberdade, muitos não respeitam os limites de ocupação impostos, como os cavalos e o gado bovino, e isso acaba gerando conflitos entre as famílias e a gestão do parque. Ademais, outro aspecto que é reforçado pelas famílias, é a necessidade de marcação dos animais, uma exigência dos moradores para não serem acusados de não cuidarem de seus animais, num contexto em que várias pessoas que não são compromissárias abandonam seus animais no interior do parque. Essa ação de reconhecimento dos animais das famílias do Retiro demanda a colaboração dos gestores locais para gerenciar esse controle dos animais que circulam na área.

De formas diversas, humanos e animais compartilham agências, resistências, autonomia e adaptação. Entre práticas inscritas no território, nos documentos e no cotidiano, circulam direitos e deveres compartilhados entre Estado, animais e famílias. Entretanto, os limites entre legal, ilegal, formal e informal estão sempre em negociação e se por vezes percebe-se flexibilidade para certos acordos compartilhados, há momentos que a inércia institucional não se coaduna com a intransigência e a morosidade para lidar com outras demandas. Nesse sentido, caso não haja engajamento constante de todos os envolvidos, os acordos tendem a se tornar opacos ao longo do tempo, abrindo margem para que conflitos sejam atualizados e que a violência volte a conformar as relações diante do mundo vivido.

A violência das margens do Estado se faz presente no cotidiano de humanos e de animais. Se turismo e Estado se fazem presentes desde fins do século XX na vida dessas pessoas, seus territórios e seus animais, agindo de forma ativa nas transformações

bioculturais, também nota-se a agência articulada das famílias e dos animais, para manter de modo minimamente viável sociabilidades entre humanos e não humanos neste território.

2.5. Novas obras

Corbari et. al (2021), a partir de uma análise teórica calcada na ecologia política (Leff, 2006), argumentam que as tensões socioespaciais advindas da atividade turística, além de ressaltar desigualdades sociais, historicamente tem sido apropriada por setores da sociedade com maior capital (político, econômico, cultural e simbólico), visto que:

A liberdade de consumir (neste caso, produtos turísticos, destinos, experiências), não apenas acontece por meio da **apropriação, homogeneização e refuncionalização do território e da própria paisagem, mas também à custa do bem-estar de outras pessoas** [...] A funcionalização do território e da paisagem para o turismo pressupõe a **elitização do espaço**, no qual os usuários com maior poder aquisitivo são privilegiados, aqueles que podem aceder à propriedade da terra (Corbari et. al, 2021, p. 386, grifos nossos).

Observamos que a intensa rotatividade no cargo de chefia do Parque do Cipó, em conjunto com a falta de memória institucional sobre as famílias do Retiro, sobre o Termo de Compromisso e seu monitoramento revelam a não-priorização dessa situação de sobreposição como prática necessária de governança participativa. As trocas frequentes de chefia resultam em uma estagnação que pende para os dois lados: tanto a comunidade perde a força de incidir em espaços institucionais de decisão, como o Conselho Consultivo do PARNA Cipó, quanto o ICMBio resiste em garantir a inclusão da sociobiodiversidade em suas instâncias, e segue planejando obras de infraestrutura para apoio do uso turístico, sem consultar a comunidade. Este é o caso das obras do Centro de Visitantes Macaúba e da ponte pênsil entre as duas portarias, prevista para ser construída em breve.

Tal obra, associada à construção da ponte sobre o Rio Cipó, demanda histórica do **parque**, subsidiará uma setorização adequada do Cipó, **concentrando todo o acesso turístico a partir da portaria do Retiro**, enquanto Areias passará a ter uso apenas gerencial (Memorial Centro de Visitantes Macaúba, ICMBio, sem data, grifo nosso).

Entre descrições locais e justificativas arquitetônicas baseadas na “geopoética”, o Centro de Visitantes Macaúba é planejado como uma estrutura de apoio à visitação turística ao PARNA Cipó, com uma capacidade de comportar até 120 visitantes em uma área construída total de 356 m². Estão previstos ambientes de recepção, multiuso, exposição permanente, banheiros, reserva técnica, refeitório e uma varanda.

A escolha do terreno, no projeto, foi feita pensando na interseção com a ponte sobre o Rio Cipó, também a ser construída, e como mitigação de um processo erosivo, provável decorrência da obra de pavimentação da estrada de 2014. Além disso, a elevada topografia poderá proporcionar um “adicional atrativo” ao prédio, possibilitando a instalação de um “terraço-mirante”, segundo o documento:

Deste terraço poderá se acessar, por rampa, o terraço inferior, onde estarão expostas **espécies nativas de forte apelo ornamental**. Este ambiente, na prática, se estende para o alto do morro, onde por meio de um projeto de urbanização e paisagismo estenderá o centro de visitantes para o ambiente natural, propiciando a observação de aves, a contemplação da paisagem, dentre outras atividades ao ar livre (idem, p. 10, grifo nosso).

Nenhuma menção à comunidade do Retiro. Mas sim, à Macaúba, que dá nome ao Centro de Visitantes, e é considerada um ícone pelo seu “forte apelo ornamental”. Mas, para além disso, é uma planta nativa integrante dos saberes bioculturais das famílias do Retiro, no fazer do óleo e azeite, na memória “dos antigos”, como alimento, nos dias de labuta na roça e nos caminhos em direção à escola. Representa o elo espaço-temporal entre a memória e o hábito, entre a cultura e o ambiente, ícone da construção desse território como culturalmente dotado de sentido. Ao nomear o Centro de Visitantes como Macaúbas, sem fazer nenhuma menção aos saberes tradicionais daqueles que estiveram envolvidos com a paisagem, opera-se mais uma vez a violência simbólica e a construção de um Estado que insiste em destituir de legitimidade os saberes e as vidas entrelaçadas do lugar, direcionado a ser ocupado por gente de fora, descontextualizada das histórias e da riqueza socioambiental atualizada ali naquele lugar. É uma contradição quase irônica, embora sintomática, que se reflete no próprio nome do órgão ambiental (Mendes, 2024).

De modo pouco cuidadoso, o projeto também propõe a utilização da fibra e da madeira de piaçava, outro tipo de palmeira - que não tem nenhuma relação com o território e nem com os saberes do lugar, de ocorrência mais comum na Amazônia e na Mata Atlântica.

Questiona-se o que se pretende mostrar aos visitantes neste Centro, que nem menciona que logo à sua frente existem famílias que devem ser protegidas e valorizadas pelo próprio Estado (Brasil, 2021); que foi planejado para permitir a observação do **ambiente natural** e das aves. Este projeto, redigido após o Parecer 175, que não teve o cuidado de entender o que as pessoas que vivem no território pensam sobre a instalação de um Centro de Visitantes ali em seus quintais; que, junto com a instalação da ponte, deve mais que dobrar o fluxo de turistas, além de implicar na circulação diária dos servidores, brigadistas e Agentes

Temporários e terceirizados que seguirão atuando na portaria Areias, com acesso pela Portaria do Retiro.

Em 2 de junho de 2026, o Projeto Cipó articulou uma reunião entre a nova chefia do parque e as famílias do Retiro, para que fossem lhes fossem apresentados esses novos projetos de construção ali para o território. As famílias chegaram pontualmente, os servidores se atrasaram 1 hora, pois estavam atendendo um grupo de pesquisadores que havia acabado de chegar para ficar hospedado no alojamento do Parque. Afirmaram que o ICMBio ainda não tem consenso sobre onde seria melhor a instalação do CV, que isso ainda estava em discussão. Mesmo que sem ouvir a comunidade. As famílias, após a apresentação feita, apontaram que o melhor lugar para a construção do CV seria ali onde atualmente é a portaria de bambu, bem na entrada do parque. Joãozinho afirmou que em 2009, já haviam sido feitas 3 sondagens nesta região, situação que os gestores desconheciam.

Que os turistas possam se beneficiar não apenas dessa história institucional que - ainda que com dificuldades e tensões - garantiu a permanência das famílias do Retiro, mas, especialmente das riquezas dos saberes por eles compartilhados através daquele território: não apenas como paisagem ornamental, mas como território onde a vida multiespécie é compartilhada e a diversidade de bichos e plantas é revivida.

Apontamentos finais

Na Serra do Cipó, o turismo pode ser percebido como um elemento transformador do espaço e das organizações sociais. Parte da população local passa a atuar como guia, prestador de serviço e trabalhador vinculado a atividades turísticas da região. Essas trajetórias, contudo, não ocorrem de maneira homogênea. Em alguns casos, as atividades ligadas ao turismo passaram a coexistir com práticas tradicionais; em outros, implicaram rupturas importantes com formas anteriores de reprodução da vida, como o plantio e a criação de animais, além da combinação com trabalhos externos, incluindo a mineração. Essas transformações evidenciam a complexidade das estratégias de manutenção do vínculo com o território em um contexto em que são tensionados conservação ambiental, pertencimento, apelo comercial, trabalho e subsistência.

A reconstrução das casas, o cultivo da terra, a criação de animais, a circulação entre diferentes espaços da Serra e a manutenção dos vínculos familiares expressam modos de vida que seguem produzindo o Retiro como território vivido, mesmo diante das transformações

impostas pela conservação ambiental, pelo turismo e pela valorização econômica da região. Nesse contexto, a valorização da paisagem natural como ativo turístico complexifica o cenário de interesse de agentes externos sobre a região, como prefeituras, setores ligados à hotelaria e empreendimentos minerários, intensificando disputas em torno dos usos do território e demandas por infraestrutura, serviços e ampliação da circulação de visitantes.

Esse cenário revela o trabalho do tempo nos modos de atuação do Estado em suas margens, desde a desapropriação violenta nos anos 80 até a celebração do Termo de Compromisso em 2018, cujos desdobramentos ainda exigem cuidado e esforços reais de integração da diversidade biocultural local ao discurso e prática conservacionistas do órgão ambiental.

As situações analisadas ao longo deste trabalho evidenciam que as famílias do Retiro, em tempos diferentes e de modos diversificados não se encontram inertes diante dos efeitos das políticas estatais de conservação e de turismo que incidem sobre o território. Ao conviverem com os impactos decorrentes da crescente incorporação da Serra do Cipó aos circuitos econômicos do turismo, à valorização de uma certa conservação ambiental e da mercantilização da paisagem, elas reconstróem casas, roças, artesanatos e cuidam da manutenção dos vínculos territoriais. Defendem relações específicas e próximas com a terra, com animais e com as águas, e pouco a pouco reivindicam a participação nos espaços institucionais de decisão. O Projeto Cipó, em parceria com as famílias e em diálogo com o ICMBio, tem se constituído como parceiro efetivo na ampliação dos horizontes da gestão para levar em consideração os saberes locais nos novos projetos arquitetônicos, de educação ambiental, de exposição e de oficinas a serem oferecidas no futuro Centro de Visitantes. Enquanto as famílias seguem produzindo modos próprios de habitar, significar e cuidar do território, afirmando a continuidade de seus mundos frente às pressões simultaneamente exercidas pelo Estado e pelo mercado, temos dado testemunho dessas histórias e disputas, buscando desnudar “o desejo da sociedade e de seu direito de existir, de nomear e de honrar a si mesma” (Das, 2020). Como habitar o mundo novamente, após tantas violências, num gesto que possa ser entendido como de luto e de produção de vida?

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mauro B., 2003. *Relativismo antropológico e objetividade etnográfica*. Revista Campos. Disponível em: <https://mwba.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/06/2003-almeida-relativismo-antropol-gico-e-objetividade-etnografica-revista-campos.pdf>. Acessado em 27/6/2026.

ANDRADE, Oswald de. *Manifesto Antropófago*. Revista de Antropofagia, São Paulo, ano 1, n. 1, maio 1928.

APOLONI, Renata Corrêa; ARAÚJO, José Geraldo. *Memórias do Retiro: o processo de construção do termo de compromisso no Parque Nacional da Serra do Cipó*. In: ANAIS do IX SAPIS - IV ELAPIS: Áreas protegidas e inclusão social em cenários de mudanças. Comunicação científica e relatos de experiências. 2019. Pp. 635-639.

BOURDIEU, P. 2008. *Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático*. In: Razões práticas. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus Editora. pp. 91-135.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Parecer n.º 00175/2021/CPARQ/CGU/AGU: compatibilidade entre comunidades tradicionais e unidades de conservação de proteção integral**. Brasília, DF: AGU, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais/repositorio-de-marcos-regulatorios-de-regularizacao-fundiaria-de-povos-e-comunidades-tradicionais/federais/orgaos-publicos/agu-2021_parecer_compatibilidade-comunidades-tradicionais-e-unidade-de-conservacao-de-protecao-integral.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

CETEC. *Relatório das principais atividades realizadas para a implementação do Parque Estadual da Serra do Cipó*. Belo Horizonte: Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), ago. 1982.

CORBARI, S. D. et al. *A emergência da ecologia política do turismo: uma alternativa de análise teórico-crítica*. Revista Pasos. Vol. 19 No 2. Págs. 383-391. abril-junio 2021.

DAS, V.; POOLE, D. *El estado y sus márgenes*. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, n. 27, p. 19-52, 2008.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS. ProAcesso atinge marco histórico. DER/MG, 2012. Disponível em: <https://www.der.mg.gov.br/noticias/1677-proacesso-atinge-marco-historico>. Acesso em: maio 2026.

FILIPPO, Daniela Campos. *Compreendendo a Relação das Pessoas com as Áreas Naturais da Serra do Cipó (MG) em Meio às Transformações do Espaço*. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. 2013

GONTIJO, Bernardo Machado. *A ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha*. Universidade de Brasília. 2003. 210f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília. 2003.

ICMBIO. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira*. Encartes 1, 2, 3 e 4. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2009.

ICMBIO. *Memorial Centro de Visitantes Macaúba*. Sem data.

MAGNANI, J. G. C. *O velho e bom caderno de campo*. Sexta-Feira, São Paulo, n. 1, p. 8-11, 1997.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. *Lauda antropológico das famílias tradicionais do Retiro/Vale da Bocaina*. Belo Horizonte, 2018.

MENDES, A. B. V. *Existências às margens: comentários sobre o reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais que vivem em áreas de proteção integral no Brasil*. p. 67-86. In: *Terra arrasada: Desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil*. Editora Unimontes, 1ª Edição. 2024.

MENDES, A. B. V. *Conservação em território tradicional: uma longa história até a conciliação via Termo de Compromisso*. Revista Antropolítica, v. 54, n. 3, Niterói, p. 347-365, 3. quadri., set./dez., 2022.

MENDES, A. B. V., OLIVEIRA, R. A. P. *Conservação ambiental e territórios tradicionais: alguns apontamentos sobre estratégias adotadas para a gestão de vidas*. Novos Cadernos NAEA, v. 25 n. 3, p. 99-126, set-dez 2022.

MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 6.605, de 14 de julho de 1975. Autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Estadual da Serra do Cipó. Disponível em: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Acesso em: 20 abr. 2026.

MOURA, Izabel Beatriz Rodrigues de. *Conflitos socioambientais na unidade de conservação Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.

VELSEN, Jaap Van. *A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. 2. ed. São Paulo –SP: Editora Unesp, 2010. p. 437-468.

VON IHERING, Rudolf. *A luta pelo direito*. Martin Claret: São Paulo, 2001

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SILVA, Maria Mayara dos Santos. *Determinação da capacidade de carga turística de trilhas ecológicas do Parque Nacional da Fuma Feia, Rio Grande do Norte. Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, Campos Mossoró para a obtenção do título de Bacharel em Ecologia, 2016. Disponível em: <https://ccbs.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/3/2018/10/DETERMINAC%CC%A7A%CC%83O-DA-CAPACIDADE-DE-CARGA-TURI%CC%81STICA.pdf>*

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno* / edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos - Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.